

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2017/12/07

CÂMARA MUNICIPAL**ATA NÚMERO 4/2017-21 DA REUNIÃO ORDINÁRIA DA CÂMARA MUNICIPAL DE TAROUCA DE 7 DE DEZEMBRO DE 2017**

Aos sete dias do mês de dezembro do ano de dois mil e dezassete, nesta cidade de Tarouca, edifício dos Paços do Município, salão Nobre das reuniões, sob a presidência do Senhor Presidente da Câmara, Valdemar de Carvalho Pereira, com a assistência da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, Luísa Maria de Sousa Teixeira Ramos e a presença dos Senhores Vereadores Afonso Manuel Batista Dias e José Damião Lopes Guedes de Melo, não tendo comparecido os Senhores Vereadores Susana Cristina Dias Pereira e José Bruno Gouveia Cardoso teve lugar a quarta reunião desta Câmara Municipal, no mandato autárquico de dois mil e dezassete - dois mil e vinte e um.

Esta reunião estava agendada para o dia quatro de dezembro corrente, mas por conveniência dos serviços foi alterada para o dia de hoje.

O **Senhor Presidente da Câmara** declarou aberta a reunião pelas onze horas e agradeceu aos Senhores Vereadores a atenção dispensada, relativamente ao seu pedido de adiamento da hora de início.

Foi deliberado por unanimidade justificar as faltas dos Senhores Vereadores Susana Cristina Dias Pereira e José Bruno Gouveia Cardoso, por motivo, respetivamente, de acompanhamento da filha a consulta médica e de deslocação ao estrangeiro, previamente agendada, conforme comunicação remetida no dia vinte e três de novembro findo.

APROVAÇÃO DA ATA DA REUNIÃO ANTERIOR

Passou-se de imediato à apreciação da minuta da ata número três da reunião desta Câmara Municipal de dezassete de novembro findo.

Não tendo sido apresentadas alterações, procedeu-se à votação da minuta da ata número três da reunião desta Câmara Municipal de dezassete de novembro findo, a qual foi aprovada por unanimidade.

De seguida, passou-se ao

PERÍODO DE INTERVENÇÃO DO PÚBLICO

Presente o Senhor Joaquim Teixeira Borges, residente em Arguedeira, Tarouca, que apresentou por escrito um pedido para lhe ser concedida a palavra nesta reunião pública, para expor assuntos sobre: caminho da Macieirinha, em Arguedeira; caminho da Bernarda na mesma localidade e ambiente, o que foi aceite pelo Senhor Presidente da Câmara.

Verificou-se que o munícipe estava acompanhado por duas pessoas, que não se identificaram.

O Senhor Joaquim Teixeira Borges, começou por dizer, relativamente ao Caminho da Macieirinha, que lhe chegou ao conhecimento que, em reunião pública anterior deste Executivo onde o assunto foi tratado, o Senhor Presidente da Câmara disse que estava ultrapassado, porque entendia que era um assunto entre particulares e não do domínio público.

Continuou dizendo que, como o Senhor Presidente da Câmara sabe este assunto levanta-se há dois anos e tem várias provas em como o caminho é público, tendo anteriormente entregue um documento assinado por sessenta e sete pessoas a confirmar que o caminho é público e duas fotografias que demonstram que aquele caminho estava traçado em 2002 e em 2015, já com intervenção no terreno, sendo que o senhor, cujo nome não referiu, colocou um portão numa ponta e outro portão noutra ponta do caminho, sinal de que está à espera que alguém de responsabilidade lhe diga alguma coisa para ele abrir o caminho.

Disse ainda que o Senhor Presidente da Câmara não disse, na mencionada reunião do Executivo o que lhe havia dito a si, quando uma semana antes das eleições autárquicas foi à sua casa dizer-lhe que tinha falado com o Senhor, mas que ele não aceitou fazer nada, pelo que teria que posta uma ação em Tribunal contra o mesmo.

Perguntou se as duas informações diferentes se devem ao facto de terem ficado as eleições no meio das decisões que o Senhor Presidente da Câmara tomou, o que mais justifica que os andaram a entreter até às eleições, segundo o Senhor Presidente da Câmara disse agora, que não quer saber do caminho.

Reiterou que aquele caminho é público, conforme dizem os consortes e as pessoas que autorizaram a sua abertura e que a Câmara Municipal só não faz nada porque não quer, não está a defender o interesse dos munícipes lesados, está a defender o interesse de um único munícipe.

Disse ainda, quanto à intervenção da Senhora Vereadora Susana Cristina Dias - pedindo desculpa por estar a falar sobre a mesma, uma vez que não está presente - esqueceu-se que o caminho para ser considerado como caminho público tem que estar cadastrado, não precisa de a Câmara Municipal o declarar como de utilidade pública. Se por acaso não for isso, se for para justificar que aquilo é público, tem que estar cadastrado. Tanto num caso como no outro tem que ser a Junta de Freguesia ou a Câmara Municipal a fazê-lo, desconhecendo se existe ou não cadastro.

Concluiu dizendo que relativamente a este caminho, foi feito um requerimento à Assembleia de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares, datado de vinte e quatro de abril do corrente ano, cujo teor leu em voz alta, assim como leu o que disse o Senhor Presidente da Assembleia de Freguesia, constante da ata do referido órgão, estando ainda, afinal de contas, por resolver.

De seguida, interveio sobre o Caminho da Bernanda, tendo dito que, em parte, foi aberto em terreno seu, no ano de dois mil e dois, quando se encontrava em África e que, quando regressou, em dois mil e cinco, o caminho estava aberto.

Disse que não tiveram autorização nenhuma para o abrirem, mas que, como na verdade também teve interesse na sua abertura tem deixado estar. Contudo, como está a ver que o Município



2017/12/07

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

não se importa que os caminhos sejam fechados e como não faz falta, também o irá cortar e depois se verá se por acaso a Câmara Municipal toma umas medidas para uns e outras medidas para outros. Se é essa a maneira de agir do Executivo está errada.

Sobre o mesmo caminho, disse que não deve fazer grande diferença à Câmara Municipal que seja cortado por ter sido deixado ao abandono, tendo já sido solicitado junto da Assembleia Municipal, Câmara Municipal, Junta de Freguesia a sua limpeza e que até o Senhor Vice-Presidente disse que ia ser intervencionado, isto até se passarem as eleições, porque passaram e continua tudo na mesma.

Disse ainda que vazaram lá lixo, falou com o Senhor Presidente da Câmara, mas continua lá.

Concluiu dizendo que, como não faz falta o caminho da Bernanda, agirão em conformidade, se o caminho de cima, o da Macieirinha, não for aberto.

Relativamente ao último assunto, o Senhor Joaquim Teixeira Borges disse que certamente o Senhor Presidente da Câmara se recorda bem, nessa altura talvez o expoente não tenha tido a conduta mais digna, aquando da campanha eleitoral que lhe disse que não iria conseguir resolver o assunto do caminho, e acusou a Câmara Municipal em público, no facebook, que tinha descarregado toneladas de asfalto m cima de uma nascente, na Serra de Santa Helena, tendo fotografias do exato local.

Salientou que, não é digno de uma Câmara Municipal que teve um louvor por zelar pelo ambiente.

Quem deveria ser louvado são os que se foram embora e mas quem é louvado são os presentes, porque este Executivo não tem nada a ser louvado em relação ao ambiente.

Perguntou se a Câmara Municipal irá ou não retirar aquele veneno que colocaram na serra de Santa Helena, uma vez que está sobre uma nascente.

Terminou dizendo que o Senhor Presidente da Câmara o tinha usado, que não cumpriu ao dizer-lhe que podia obter a autorização dos consortes.

O Senhor Presidente da Câmara, em resposta, agradeceu a intervenção do Senhor Joaquim Teixeira Borges, e informou o seguinte:

1º Quanto à sua exposição sobre os caminhos, irá analisar o assunto, para a sua melhor e posteriormente será informado, mas provavelmente a decisão terá que ser do tribunal;

2º Desconhece a existência da descarga de asfalto que o município diz que divulgou no facebook e que irá averiguar a respetiva localização para posteriormente os serviços, de forma rápida, tomarem as medidas exigidas. Salientou que bem melhor seria o contributo do Senhor Joaquim Teixeira Borges se, em vez de optar pelo facebook, indicasse concretamente o sitio da descarga.

Concluiu, dizendo que, ao contrário, do que o Senhor Joaquim Teixeira Borges tentou fazer, a sua candidatura ganhou as

eleições com mais margem, e que é sempre positivo ouvir as pessoas e tentar resolver as situações.

Terminado o período de intervenção do público, o **Senhor Presidente da Câmara** deu início à discussão da seguinte

ORDEM DO DIA

PONTO 1 - Discussão e votação das propostas das Grandes Opções do Plano, do Orçamento Municipal e do mapa de pessoal para o ano de 2018

PONTO 2 - Pedido de autorização da Assembleia Municipal para contratação de um empréstimo a curto prazo no período de vigência do orçamento de 2018, em regime de conta-corrente, para ocorrer a dificuldades de tesouraria, até ao montante de € 400.000,00 - proposta

PONTO 3 - 1ª revisão ao Orçamento e às Grandes Opções do Plano para 2017 - proposta

PONTO 4 Fixação do valor da taxa do imposto municipal sobre imóveis incidente sobre prédios urbanos, respeitante ao ano de 2017 a liquidar em 2018, e redução desta taxa nos casos de prédios de sujeitos passivos com dependentes a cargo - proposta

PONTO 5 Renovação dos acordos de execução com as Juntas de Freguesia para efeitos de exercício das competências objeto de delegação legal, no mandato de 2017-2021 - pedido de autorização à Assembleia Municipal

PONTO 6 Apoio às freguesias do Concelho de Tarouca no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações, no mandato de 2017-2021 - proposta

PONTO 7 - Consórcio Ecoambiente - Consultores de Engenharia, Prestação de Serviços, SA e RESUR - Gestão de Resíduos e Higiene Urbana, Lda. - Requerimento: Atualização extraordinária do preço de contrato de aquisição de serviços com duração plurianual - relatório de instrução do pedido

PONTO 8 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca - pedido de apoio para aquisição de um VFCE

PONTO 9 - Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca - pedido de renovação de protocolo

PONTO 10 - Associação Recreativa e Cultural de Dálvares Flor do Sabugueiro - pedido de apoio para o Internacional Folk Dance Festival Vale Varosa (30.07.2017)

PONTO 11 - Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação - período de 01.09.2017 a 04.12.2017

PONTO 12 - Isenção do pagamento das seguintes licenças:

a) Licença especial de ruído para uma festa da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas Dr. José Leite de Vasconcelos.

PONTO 13 - Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias no período de 11.11.2017 a 30.11.2017

PONTO 14 - Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

CÂMARA MUNICIPAL

2017/12/07

de interesses para o Município no período de 11.11.2017 a 30.11.2017

PONTO 15 - Resumo diário da tesouraria

PONTO 16 - Rede de Infraestruturas Públicas de Saneamento de Águas Residuais no Município de Tarouca - aprovação dos respetivos projetos, cadernos de encargos e orçamento no valor total de € 982.882,23

PONTO 1 - DISCUSSÃO E VOTAÇÃO DAS PROPOSTAS DAS GRANDES OPÇÕES DO PLANO, DO ORÇAMENTO MUNICIPAL E DO MAPA DE PESSOAL PARA O ANO DE 2018

Presentes, em cumprimento do disposto no artigo 45º da Lei nº 73/2013, de 03.09 e do ponto 2.3. do POCAL aprovado pelo Decreto-Lei nº 54-A/2009, de 22.02, as seguintes propostas:

❖ Grandes Opções do Plano para o ano dois mil e dezoito, prevendo o montante definido de despesa para o próximo ano de € 7 983 590 (sete milhões e novecentos e oitenta e três mil e quinhentos e noventa euros), perfazendo o montante total previsto de € 21 661 179,54 (vinte e um milhões e seiscentos e sessenta e um mil e cento e setenta e nove mil e cinquenta e quatro centimos) contendo o Plano Plurianual de Investimentos e as atividades mais relevantes da gestão autárquica (Plano de Atividades Municipais), prevendo o primeiro um montante total definido de despesas de investimento, para o próximo ano, de € 3 994 000 (três milhões e novecentos e noventa e quatro mil euros), perfazendo o montante total previsto de € 10.211.000,00 (dez milhões e duzentos e onze mil euros) e o segundo o montante total definido de despesa, para o próximo ano, de € 3 989 590 (três milhões e novecentos e oitenta e nove mil e quinhentos e noventa euros), perfazendo o montante total previsto de 11.450.179,54 (onze milhões e quatrocentos e cinquenta mil e cento e setenta e nove euros e cinquenta e quatro centimos);

* Orçamento da Receita e da Despesa para o ano de dois mil e dezoito, o qual apresenta uma previsão da receita igual à da despesa no montante total de € 15.324.200,00 (quinze milhões e trezentos e vinte e quatro mil e duzentos euros), sendo que € 10.767.142,00 (dez milhões e setecentos e sessenta e sete mil e cento e quarenta e dois euros), corresponde ao montante das receitas correntes e € 9.846.100,00 (nove milhões e oitocentos e quarenta e seis mil e cem euros) corresponde ao montante de despesas correntes; e € 4.557.058,00 (quatro milhões e quinhentos e cinquenta e sete mil e cinquenta e oito euros), correspondente ao montante das receitas de capital e € 5.478.100,00 (cinco milhões e quatrocentos e setenta e oito mil e cem euros) corresponde ao montante das despesas de capital; e

*Mapa do pessoal para o ano de dois mil e dezoito.

Verificou-se que a proposta do Orçamento Municipal é composta pelos seguintes elementos:

*Quadro plurianual de Programação Orçamental- Informação;

*Relatório do Orçamento e Grandes Opções do Plano, contendo a apresentação e a fundamentação da política orçamental

proposta (alínea a) do nº 1 do artigo 46º da Lei nº 73/2013, de 03.09;

- *Resumo do Orçamento;
- *Mapa resumo das receitas e despesas do Município;
- *Orçamento da receita e orçamento da despesa, desagregado segundo a classificação orgânica económica (alínea b) do nº1 do citado artigo 46º);
- *Mapa dos encargos anuais a satisfazer com a amortização de empréstimos;
- * Equilíbrio orçamental;
- * *Mapa das transferências para as Juntas de Freguesia - Delegação de competências;
- *Articulado contendo as medidas para orientar a execução orçamental (alínea d) do nº1 do citado artigo 46º);
- * Mapa com a informação das entidades participadas pelo Município que são classificadas pelo Instituto Nacional de Estatística como "Serviços Autónomos da Administração Local", às quais foi solicitada a apresentação dos respetivos orçamentos para 2017, para efeitos do disposto na alínea a) do nº2 do citado artigo 46º;
- * Mapa das entidades participadas pelo Município, identificadas pelo respetivo número de identificação fiscal, incluindo a respetiva percentagem de participação e o valor correspondente (alínea c) do nº2 do citado artigo 46º);
- * Mapa das responsabilidades financeiras resultantes de compromissos plurianuais;
- * Identificação e descrição das responsabilidades contingentes;

Verificou-se que a proposta das Grandes Opções do Plano é composta pelos seguintes elementos:

- *Resumo das Grandes Opções do Plano, por funções;
- *Resumo do Plano Plurianual de Investimentos;
- *Resumo do Plano de Atividades Municipal;
- *Plano Plurianual de Investimentos;
- *Plano de Atividades Municipal.

Verificou-se que os representantes dos partidos políticos da oposição foram notificados para serem ouvidos sobre a presente proposta em 28.11.2017, não tendo comparecido, com exceção do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias.

O Senhor Presidente da Câmara, sobre a presente proposta, disse o seguinte:

"Este documento que temos nas nossas mãos reflete as nossas ideias e projetos para o próximo ano.

Começo por agradecer aos funcionários pelo tempo que disponibilizaram e a forma empenhada e profissional como realizaram este trabalho.

Os meus agradecimentos também ao Senhor Vice-Presidente da Câmara pela excelente coordenação do trabalho de elaboração dos documentos previsionais, num curto espaço de tempo, e também ao Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, que sempre demonstrou disponibilidade para participar no mesmo.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2017/12/07

CÂMARA MUNICIPAL

Os documentos previsionais podiam ser mais ambiciosos, mas neste momento não é possível, porque temos a consolidação financeira do Município para fazer.

Durante estes quatro anos acompanhámos de uma forma muito ativa as associações e outras entidades locais.

A construção da Área de Acolhimento Empresarial Local está já em andamento, porque é necessário haver empreendedores e emprego no Concelho.

Uma zona industrial que peca por tardia, mas ainda vamos a tempo. Temos muitos candidatos à compra dos lotes inscritos.

Na saúde: estaremos na linha da frente.

No ensino: zero por cento de abandono escolar no ano transato. O que é motivo de satisfação.

Na ação social temos vindo a trabalhar de uma forma muito ativa, prestando alguns serviços que pertenceriam ao poder central, mas temos de os fazer.

Acima de tudo pretendemos melhorar as condições do nosso Concelho, mas tendo em mente sempre em primeiro lugar as pessoas e essa missão está plasmada nos objetivos principais deste Orçamento.

Iremos continuar a trabalhar com os Senhores Presidentes de Junta de Freguesia.

Prevemos a realização de obras estruturantes, no âmbito do Portugal 2020: obras de saneamento; Parque de Alcáçima, em bom ritmo de execução e há muito solicitado; Parques Ribeirinhos de Tarouca e Ucanha.

Neste momento, está concluído o processo de candidatura de novos saneamentos, com projetos elaborados Divisão de Obras Municipais, reconhecendo e agradecendo o relevante contributo prestado por este serviço."

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse o seguinte:

"Agradeço a participação durante o processo de elaboração dos presentes documentos previsionais, que me foi permitida junto do Senhor Vice-Presidente.

Considero que o Orçamento tem aspetos positivos, alguns vêm ao encontro daquilo que nós tínhamos em vista para o Concelho. Por outro lado, carece um pouco de ambição e ousadia.

O País está a viver uma época de viragem em termos económicos. Estamos a olhar o futuro numa outra perspetiva. Poderíamos aproveitar esta oportunidade para ambicionar um pouco mais e nesse aspeto, julgo que este Orçamento vem no seguimento do que eram os Orçamentos passados, muito virado para pequenos serviços e pequenas obras, quando deveria estar focado no grande problema

que vivemos: a desertificação do interior.

De alguma forma teremos que combatê-lo no nosso território, com ótimas qualidades e características com potencial para fixar as nossas gentes.

Ao que me parece começa a verificar-se um movimento de retorno dos nossos emigrantes e seria muito útil se conseguissem criar oportunidades de regresso a Portugal e desenvolvimento de negócios.

Assim como os nossos jovens, a quem estão a ser dadas oportunidades de formação académica, que nunca foram dadas às gerações anteriores, e seria bom que o Município soubesse aproveitar essa vantagens e criar linhas de apoio e incentivo á fixação dos mais novos.

Julgo que o Orçamento e as Grandes Opções do Plano carecem um pouco de oportunidades nesse sentido.

Globalmente, poderíamos ir um pouco mais além.

Neste sentido, o meu voto será de abstenção."

Nesta altura da reunião, o público presente retirou-se.

O Senhor Presidente da Câmara disse o seguinte:

"Quando o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias fala de Poder Central certamente não ignora que tem havido alguma inércia do Governo. Por exemplo, fizemos uma candidatura para a proteção da floresta e agora foi-nos comunicado que estava cancelada por falta de verba. Mesmo as candidaturas aprovadas, até hoje, são poucas.

Criar condições para o regresso dos emigrantes: concordamos. De qualquer forma, isso é uma falha que vem de há muito tempo. O que estamos a fazer agora, isso sim é criar condições para os emigrantes.

Estamos a fazê-lo numa altura em que não há incentivos para a construção da Área Empresarial, quando houve antes, e isso sim foi inércia de outros, e agora temos que fazer sem apoios. É um compromisso forte para o Município, mas mesmo assim não desistimos.

A Câmara Municipal não tem possibilidade de colocar aqui toda a gente, tem é que criar condições para a criação de mais postos de emprego pelas empresas.

Penso que há aqui uma situação que tem de ser agarrada: a agricultura. Precisamos de fazer mais.

Ainda ontem, passava em Dálvares, junto ao rio e era interessante, em articulação com Régiefrutas cultivar aquela zona. Isso certamente iria criar condições para dar emprego a alguns jovens.

Por outro lado, está em curso um projeto na Régiefrutas para colocar trinta trabalhadores, o que também será bom. É uma oportunidade para nós, porque somos um concelho assumidamente agrícola.

Não é fácil, seria mais fácil se não tivéssemos encontrado aquela infraestrutura no estado em que a encontrámos, mas estamos a dar passos no caminho certo.

Saliento que algumas empresas precisam de trabalhadores e não há, mesmo com o Gabinete de Inserção Profissional a ajudar. É complicado, mas também é complicado as pessoas disponibilizarem-se para certos serviços. E as pessoas não têm culpa, porque andam na formação, que muitas vezes não é a adequada.

Em Portugal, o ensino não dá ainda grandes possibilidades de escolha, ao contrário do que acontece em alguns países da Europa."

O Senhor Vice-Presidente disse o seguinte:



2017/12/07

MUNICÍPIO DE TAROUCA

CÂMARA MUNICIPAL

"Inicio por agradecer ao Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias pelo empenho, disponibilidade e pelo facto de vindo à reunião convocada no âmbito do Estatuto do Direito de Oposição.

Foi o único que compareceu e por isso estivemos cerca de duas horas e meia a analisar estes documentos. Obrigado.

O meu agradecimento aos serviços da Divisão Administrativa e Financeira, aqui representado pela sua Chefe de Divisão, porque participaram ativamente na elaboração destes documentos, sem olhar a horários. O meu agradecimento também aos restantes serviços municipais que deram o seu relevante e indispensável contributo.

Agradecimento pela confiança depositada pelo Senhor Presidente da Câmara ao atribuir-me a responsabilidade pela coordenação da elaboração destes documentos.

Não poderia ser de outra forma: este documento reflete o programa eleitoral submetido a sufrágio nas últimas eleições. Foi sufragado pelos eleitores e devemos respeitar essa vontade.

Quer o Senhor Presidente da Câmara, quer o Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias falaram deste Orçamento e Grandes Opções do Plano por não serem ambiciosos o suficiente. Mas, no relatório diz-se logo que o Orçamento é ambicioso e prudente em simultâneo.

Às vezes queremos dar mais um passo, mas há, por exemplo, a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso e outras condicionantes e barreiras que nos impedem de ir mais além. Contudo, chamei-o ambicioso porque só para o ano dois mil e dezoito prevê 3,5 milhões de euros de candidaturas aprovadas; cerca de 1 milhão de euros para saneamento, que é necessário e cerca de 750 mil euros de candidaturas que aguardam resposta dos Fundos Comunitários, algumas já submetidas, outras a submeter até 31 de dezembro e já plasmadas neste Orçamento. As Grandes Opções do Plano apresentam uma opção estratégica clara:

- 1° desenvolvimento económico sustentável: prevemos investimentos na área da reabilitação urbana e na mobilidade sustentável. Porque nos centros históricos existe uma erosão, que é preciso combater, com respostas claras. Estão cá.
- 2° valorização de produtos endógenos e o apoio ao empreendedorismo, estão aqui plasmados.
- 3° aposta clara na área do turismo e do património, definindo estratégias;
- 4° ao nível da educação e formação mais uma vez há uma estratégia reforçada: segue a rota do mandato anterior, quando prevê os apoios em materiais, a oferta de transportes escolares e de refeições, sendo novo o apoio aos estudantes do ensino superior.

Neste Orçamento, nasce pela primeira vez um subponto exclusivamente dedicado à área da juventude, tal é a importância que tem para nós.

Apresenta também uma nova política de visão para o interior da Câmara Municipal, com respeito não só ao equipamento (básico e transportes); não só a modernização administrativa, mas também políticas claras ao nível da formação, higiene e segurança no trabalho.

Reconheço que fizemos um mandato pouco virado para o interior, neste mandato vamos inverter essa situação.

Há dois aspetos que condicionam a nossa atuação: 1º o saneamento financeiro; 2º a Lei das Finanças Locais e a Lei dos Compromissos e dos Pagamentos em Atraso, que dificultam a atividade do Executivo.

Por fim, salientar que uma das nossas preocupações foi que os riscos estivessem em linha com a estratégia nacional e com a estratégia da CIMDouro."

Discutido o assunto, foi deliberado por maioria de dois votos a favor e uma abstenção do Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias, com fundamento nas razões invocadas na sua intervenção supra transcrita, o seguinte:

- a) aprovar a presente proposta de Orçamento Municipal para o ano de dois mil e dezoito e respetivos anexos, a qual será submetida à aprovação da Assembleia Municipal;
- b) aprovar a presente proposta das Grandes Opções do Plano para dois mil e dezoito e respetivos anexos, a qual será submetida à aprovação da Assembleia Municipal;
- c) aprovar o mapa de pessoal para o ano de dois mil e dezoito, o qual será submetido à aprovação da Assembleia Municipal;
- d) aprovar as seguintes medidas para orientar a execução orçamental em 2017, constantes do articulado suprarreferido, a submeter à aprovação da assembleia municipal, sob a forma de proposta:

"ARTICULADO CONTENDO AS MEDIDAS PARA ORIENTAR A EXECUÇÃO ORÇAMENTAL

A Lei nº 73/2013, de 03.09, que estabelece o regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, fixa no capítulo IV as regras orçamentais, que incluem um novo calendário orçamental e a definição dos elementos do orçamento.

No artigo 46º daquele diploma prevê-se que o orçamento municipal inclui, entre outros, o articulado que contenha as medidas para orientar a execução orçamental.

Assim, nos termos da alínea d) do nº1 do artigo 46º da Lei nº73/2013, de 03.09, a Assembleia Municipal aprova, sob proposta da Câmara Municipal de 07.12.2017, o seguinte:

Artigo 1º

(Objeto)

Em cumprimento do disposto na alínea d) do nº 1 do artigo 46º da Lei nº 73/2013, de 03.09, são aprovadas as medidas para orientar a execução orçamental o ano 2018, as quais fazem parte integrante do orçamento municipal.

Artigo 2º

(Saneamento financeiro)

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2017/12/07

CÂMARA MUNICIPAL

A execução orçamental deve dar cumprimento ao plano de saneamento financeiro em curso, aprovado pelos órgãos municipais em 2017, com as adaptações necessárias, nomeadamente as decorrentes de:

- a) alterações legislativas supervenientes que devam prevalecer sobre o mesmo;
- b) implementação de novas e ou complementares medidas de maximização da receita e de contenção da despesa corrente;
- c) acesso aos fundos comunitários para novos investimentos municipais, desde que não impliquem prejuízo para o cumprimento dos objetivos de redução da dívida total aprovados.

Artigo 3º**(Autorização prévia genérica para assunção de compromissos plurianuais ou a sua reprogramação)**

1. A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no artigo 12º do Decreto-Lei nº 127/2012, de 21.06 e para efeitos de aplicação da alínea c) do nº1 do artigo 6º da Lei nº 8/2012, de 21.02 (LCPA), por razões de simplificação e celeridade processual, dá autorização prévia genérica à assunção de compromissos plurianuais, independentemente da sua forma jurídica, incluindo novos projetos de investimento ou a sua reprogramação, contratos de locação, acordos de cooperação técnica e financeira, excluindo os compromissos já autorizados em exercícios anteriores, até aos seguintes montantes máximos:

2019: € 4 300 000,00

2020: € 3 544 000,00 e

2021: € 3 100 000,00

2. A assunção de compromissos plurianuais a coberto da autorização prévia concedida nos termos do número anterior, só poderá fazer-se quando, para além das condições previstas no número anterior, sejam respeitadas as regras e procedimentos previstos na Lei n.º 8/2012, de 21 de fevereiro e cumpridos os demais requisitos legais de realização de despesas.

3. Em todas as sessões ordinárias da Assembleia Municipal deverá ser presente uma listagem com os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização prévia genérica concedida.

Artigo 4º**(Delegação de competência no Presidente da Câmara)**

A Assembleia Municipal, ao abrigo do disposto no nº3 do artigo 6º da LCPA, delega no Presidente da Câmara Municipal a competência para assumir compromissos plurianuais, nos casos em que o respetivo valor seja inferior a € 99 759,58.

Artigo 5º**(Atualização da tabela de taxas municipais)**

Ao abrigo do disposto no nº1 do artigo 9º da Lei nº 53-E/2006, de 29.12, a Tabela de Taxas Municipais, publicada no Diário da República, 2ª série, nº135, de 14.07.2010, é atualizada,

em 2018, em 1,4%, de acordo com a projeção da taxa de inflação, na área do euro, indicada no Relatório do Orçamento do Estado para o próximo ano.

Artigo 6º

(Autorização genérica com limites à concessão de isenções e reduções fiscais)

1. Para efeitos do disposto no nº2 do artigo 16º da Lei nº 73/2013, de 03.09, é autorizada a concessão de isenções e reduções de taxas municipais, nos termos previstos no Regulamento Municipal de Taxas Municipais, publicado no Diário da República, 2ª série, nº 135, de 14.07.2010, até aos seguintes montantes:

a) Serviços, atividades e licenciamentos diversos: € 1 000;

b) Edificação e urbanização: € 12 500,00;

c) Utilização, aproveitamento e ocupação de espaços e bens do domínio público e privado municipal: € 40 000,00.

2. Os montantes fixados no número anterior resultam do cálculo efetuado pelos serviços municipais, com base nas isenções e reduções concedidas em 2017 e nas previstas para 2018.

3. A atribuição das isenções e reduções fiscais deve ser precedida de prévio enquadramento nas normas do regulamento municipal e visam:

a) incentivar a fixação de famílias no concelho, em especial nas zonas históricas;

b) apoiar as famílias com menores recursos financeiros;

b) incentivar a fixação de empresas e os pequenos produtores agrícolas;

c) incentivar a prática desportiva e a utilização dos equipamentos de utilização coletiva existentes, por municípios de todos os escalões etários;

d) incentivar a realização de eventos culturais, desportivos ou outros, com interesse para a população local e que contribuam para a dinamização e divulgação das potencialidades do concelho;

e) apoiar instituições particulares de solidariedade social e outras entidades, na realização de atividades de natureza social, educativa, cultural ou desportiva, com interesse para a população local.

Artigo 7º

(Administração direta)

Ao abrigo do disposto no nº 2 do artigo 18º do Decreto-lei nº 197/99, de 08.06 é autorizada a execução por administração direta de obras constantes do Plano Plurianual de Investimentos para 2018, até ao valor de € 250 000,00, por cada uma.

Artigo 8º

(Abertura de procedimentos de contratação pública com encargos em mais de um ano económico)

É autorizada a abertura de procedimentos de contratação pública relativos a despesas que deem lugar a encargo orçamental em mais de um ano económico ou em ano que não seja



138
Fl. *[Signature]*

MUNICÍPIO DE TAROUCA

2017/12/07

CÂMARA MUNICIPAL

o da sua realização, designadamente com a aquisição de serviços e bens através de locação com opção de compra, locação financeira, locação-venda ou compra a prestações com encargos, quando:

- a) Resultem de planos ou programas plurianuais legalmente aprovados; ou
- b) Os seus encargos não excedam o limite de 99.759,58 € em cada um dos anos económicos seguintes ao da sua contração e o prazo de execução de três anos, nos termos previstos no artigo 22º do Decreto-Lei nº 197/99, de 08.06.

Artigo 9º

(Taxa Municipal de Direitos de Passagem)

É aprovada a cobrança da Taxa Municipal de Direitos de Passagem (TMDP), prevista na alínea b) do nº 2 do artigo 106º da Lei nº 5/2004, de 10.02, alterada pela Lei nº 82-B/2014, de 31.12 e pela Lei nº 127/2015, de 03.09, para vigorar em 2018, a qual será determinada com base na aplicação do percentual de 0,25% sobre cada fatura emitida pelas empresas que oferecem redes e serviços de comunicações eletrónicas acessíveis ao público, em local fixo, para todos os clientes finais da área do Município de Tarouca.

Artigo 10º

(Atualização da norma de controlo interno)

A Câmara Municipal procede em 2018 à atualização do regulamento do controlo interno."

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 2 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2018, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA, ATÉ AO MONTANTE DE € 400.000,00 - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO DA ASSEMBLEIA MUNICIPAL PARA CONTRATAÇÃO DE UM EMPRÉSTIMO A CURTO PRAZO NO PERÍODO DE VIGÊNCIA DO ORÇAMENTO DE 2018, EM REGIME DE CONTA-CORRENTE, PARA OCORRER A DIFICULDADES DE TESOURARIA, ATÉ AO MONTANTE DE € 400.000,00

PROPOSTA

De acordo com a lei do regime financeiro das autarquias locais e das entidades intermunicipais, os municípios podem contrair empréstimos de curto prazo, com prazo de maturidade até um ano, podendo a respetiva aprovação ser deliberada pela assembleia municipal, na sua sessão anual de aprovação do orçamento (nº2 do artigo 49º e nº2 do artigo 50º da Lei nº 73/2013, de 03.09).

O pedido de autorização é obrigatoriamente acompanhado de informação sobre as condições praticadas em, pelo menos, três instituições autorizadas por lei a conceder crédito, bem como

do mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município (nº5 do artigo 49º e 2 do artigo 50º).

Em cumprimento das citadas disposições legais foi solicitada a apresentação de propostas a seis instituições bancárias, das quais apenas uma respondeu.

Analizada a mesma, nos termos constantes da informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, datada de 29 de novembro corrente, que aqui se dá por integralmente reproduzida, **proponho** a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09, delibere solicitar à Assembleia Municipal autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma, para contratar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2018, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses, acrescida do spread de 0,90% (em nenhuma ocasião o valor pode ser inferior ao spread) e nas demais condições constantes da sua proposta.

Cumprimento do limite da dívida total, previsto no artigo 52º da Lei nº 73/2013, de 02.09: de acordo com o nº1 do artigo 50º do referido diploma, o empréstimo de curto prazo deve ser amortizado até ao final do exercício económico de 2017 e, por consequência, não gerará aumento da dívida total de operações orçamentais do município.

Não obstante, junta-se em anexo mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Anexos:

- a) 1 proposta recebida;
- b) informação da Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira;
- c) mapa demonstrativo da capacidade de endividamento do município.

Paços do Município, 4 de dezembro de 2017.

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Verificou-se que a presente proposta vem acompanhadas dos documentos indicados na mesma.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, solicitar à Assembleia Municipal autorização, no uso da competência prevista na alínea f) do nº1 do artigo 25º do mesmo diploma, para contratar com a Caixa de Crédito Agrícola Mútuo da Beira Douro, CRL, com sede em Lamego, um empréstimo de curto prazo, em regime de conta-corrente, até ao montante de € 400.000,00 (quatrocentos mil euros), a utilizar durante o ano de 2018, apenas para ocorrer a dificuldades de tesouraria, à taxa de juro variável indexada à Euribor a 6 meses, acrescida do



139
Fl.

MUNICÍPIO DE TAROUCA

2017/12/07

CÂMARA MUNICIPAL

spread de 0,90% (em nenhuma ocasião o valor pode ser inferior ao spread) e nas demais condições constantes da sua proposta. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 3 - 1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017 - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"1ª REVISÃO AO ORÇAMENTO E ÀS GRANDES OPÇÕES DO PLANO PARA 2017

PROPOSTA

A elaboração do Orçamento e das Grandes Opções do Plano para 2017 foi efetuada com base nas regras previsionais aplicáveis, no plano dos investimentos a realizar e nos financiamentos a obter.

Ora, nomeadamente e ao contrário do que era expectável, as candidaturas de projetos aos fundos comunitários no âmbito do Portugal 2020 só recentemente começaram a ser aprovadas, o que implicou o adiamento para 2018 dos principais investimentos previstos nas Grandes Opções do Plano e o não recebimento da respetiva receita.

Neste contexto, as taxas de execução da receita e da despesa ficarão abaixo do previsto - inviabilizando o cumprimento do disposto no n.º 3 do artigo 56.º da Lei n.º 73/2013, de 03.09 (85% de taxa de execução da receita prevista no orçamento) - impondo-se, por isso, proceder ao ajustamento dos documentos previsionais de modo a que as dotações previstas se aproximem o mais possível dos valores efetivamente a realizar.

Por outro lado, verifica-se a necessidade, superveniente à aprovação do orçamento, de criar as seguintes rubricas da receita:

* 150101 - "Reposições não abatidas nos pagamentos", em virtude de se prever a arrecadação da mesma no corrente ano e

* 160101 - "Saldo da gerência anterior- Na posse do serviço", para utilização do mesmo, conforme previsto na alínea a) do ponto 8.3.1.4. do POCAL, aprovado pelo Decreto-Lei n.º 54-A/99, de 05.04, na sua redação atual.

Assim, **proponho** a V. Exas que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea c) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do n.º 1 do artigo 25.º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão dos documentos previsionais de 2017, cujos mapas se anexam:

* 1ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/ reforços no montante de € 167 810,61 (inclui a utilização do saldo da gerência anterior no montante de € 167 760,61) e diminuições no montante de € 2 633 610,61;

* 1ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços no montante de € 25 500 e diminuições no montante de € 2 491 300;

* 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta diminuições no montante de € 1 107 277,44, no corrente ano; e

*1ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta reforços no montante de € 1 820 e diminuições no montante de € 344 805,55, no corrente ano.

Foi respeitado o princípio do equilíbrio orçamental.

Outras normas legais aplicáveis: pontos 8.3.1.2 e 8.3.2.2. do POCAL.

Tarouca, 04.12.2017

O Presidente da Câmara,
a)Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Vice-Presidente explicou que esta revisão tenta ir ao encontro ao previsto Lei nº 73/2014, de 03.09, que impõe uma taxa de execução da receita de 85%.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade submeter à aprovação da Assembleia Municipal, no uso da competência prevista na alínea a) do nº 1 do artigo 25º do referido diploma, a seguinte proposta de revisão dos documentos previsionais de 2017, cujos mapas se anexam:

* 1ª revisão ao Orçamento da Receita, que apresenta inscrições/ reforços no montante de € 167 810,61 (inclui a utilização do saldo da gerência anterior no montante de € 167 760,61) e diminuições no montante de € 2 633 610,61;

* 1ª revisão ao Orçamento da Despesa, que apresenta reforços no montante de € 25 500 e diminuições no montante de € 2 491 300;

* 1ª revisão ao Plano Plurianual de Investimentos que apresenta diminuições no montante de € 1 107 277,44, no corrente ano; e

*1ª revisão ao Plano de Atividades Municipais, que apresenta reforços no montante de € 1 820 e diminuições no montante de € 344 805,55, no corrente ano.
Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 4 FIXAÇÃO DO VALOR DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS, RESPEITANTE AO ANO DE 2017 A LIQUIDAR EM 2018, E REDUÇÃO DESTA TAXA NOS CASOS DE PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"FIXAÇÃO DA TAXA DO IMPOSTO MUNICIPAL SOBRE IMÓVEIS INCIDENTE SOBRE PRÉDIOS URBANOS, RESPEITANTE AO ANO DE 2017 A LIQUIDAR EM 2018, E REDUÇÃO DESTA TAXA NOS CASOS DE PRÉDIOS DE SUJEITOS PASSIVOS COM DEPENDENTES A CARGO

(alínea d) do nº 1 do artigo 25º e alínea ccc) do nº1 do artigo 33º do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09 e nº 5 do artigo 112º e nºs 1 e2 do artigo 112º-A do CIMI)

PROPOSTA

A fixação da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis (IMI) que incide sobre os prédios urbanos deve ser objeto de

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2017/12/07

CÂMARA MUNICIPAL

deliberação anual da assembleia municipal, sob proposta da câmara municipal.

De acordo com o n° 1 do artigo 112° do respetivo Código (CIMI), aprovado pelo Decreto - Lei n° 287/2003, de 12.11, as taxas são as seguintes:

- . prédios rústicos: 0,8%;
- . prédios urbanos: de 0,3% a 0,45%.

(redação atual do n° 1 do artigo 112°, dada pela Lei n° 7-A/2016, de 30 de março).

Por outro lado, a referida Lei n° 7-A/2016, de 30.03 aditou ao Código o IMI o artigo 112°-A, que prevê no n°1 a possibilidade de os municípios, mediante deliberação da assembleia municipal, fixarem uma redução da taxa do imposto municipal sobre imóveis que vigorar no ano a que respeita o imposto, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar.

Assim, considerando que:

1. Em 2012, foi efetuada a Avaliação Geral dos Prédios Urbanos que teve como consequência o aumento generalizado do valor patrimonial dos prédios urbanos.
2. Os municípios do interior, como é o caso de Tarouca, devem procurar devem oferecer condições para fixar as famílias e empresas, implementando medidas que permitam uma vantagem competitiva em relação aos municípios do litoral.
3. O montante do imposto a pagar, em especial, pela habitação própria ou pelos estabelecimentos produtivos constituiu um fator decisivo para o desenvolvimento local.
4. As razões de justiça, equidade e de incentivo subjacentes à decisão, tomada em anos anteriores, de manter a taxa do IMI a aplicar aos prédios urbanos.
5. A redução da taxa de IMI incidente sobre prédios urbanos, atendendo ao número de dependentes a cargo do sujeito passivo do imposto, referente a imóvel destinado a habitação própria e permanente, não tem impacto significativo nas contas do Município.
6. Pelo contrário, aquela medida terá efeitos positivos no rendimento disponível de cada família, em especial daquelas com maior número de dependentes, contribuindo eventualmente para a fixação de novos agregados familiares no concelho e constituindo um importante incentivo à natalidade,

PROPONHO a V. Exas. que esta Câmara Municipal delibere, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n° 1 do artigo 33° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, propor à Assembleia Municipal, que no uso da competência prevista na alínea d) do n° 1 do artigo 25° do mesmo diploma, decida o seguinte:

- a) nos termos do n°5 do artigo 112° do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixe a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2017 a liquidar em 2018: 0,3%.

b) nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30.03, fixe a seguinte redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2017 a liquidar em 2018, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Paços do Município, 23.11.2017

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade propor à Assembleia Municipal, que no uso da competência prevista na alínea d) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09:

a) nos termos do n.º5 do artigo 112.º do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, fixe a seguinte taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2017 a liquidar em 2018: 0,3%.

b) nos termos dos n.ºs 1 e 2 do artigo 112.º-A do Código do Imposto Municipal sobre Imóveis, aditado pela Lei n.º 7-A/2016, de 30.03, fixe a seguinte redução da taxa do Imposto Municipal sobre Imóveis incidente sobre prédios urbanos respeitante ao ano de 2017 a liquidar em 2018, a aplicar ao prédio ou parte de prédio urbano destinado a habitação própria e permanente do sujeito passivo ou do seu agregado familiar e que seja efetivamente afeto a tal fim, atendendo ao número de dependentes que, nos termos do Código do IRS, compõem o respetivo agregado familiar, de acordo com a seguinte tabela:

Número de dependentes a cargo	Dedução fixa (em €)
1	20
2	40
3 ou mais	70

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 5 RENOVAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO COM AS JUNTAS DE FREGUESIA PARA EFEITOS DE EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS OBJETO DE DELEGAÇÃO LEGAL, NO MANDATO DE 2017-2021 - PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

RENOVAÇÃO DOS ACORDOS DE EXECUÇÃO CELEBRADOS COM AS JUNTAS DE FREGUESIA PARA EFEITOS DE EXERCÍCIO DAS COMPETÊNCIAS OBJETO DE DELEGAÇÃO LEGAL, NO MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017-2021

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2017/12/07

CÂMARA MUNICIPAL

PEDIDO DE AUTORIZAÇÃO À ASSEMBLEIA MUNICIPAL (artigo 132°, nº1 do artigo 133°, alínea m) do nº 1 do artigo 33°, alínea k) do nº 1 do artigo 25° todos do Anexo I à Lei nº 75/2013, de 12.09)

PROPOSTA

A Lei nº75/2013, de 12.09 estabelece o regime jurídico das autarquias locais, aprova o estatuto das entidades intermunicipais, estabelece o regime jurídico da transferência de competências do Estado para as autarquias locais e para as entidades intermunicipais e aprova o regime jurídico do associativismo autárquico.

Em especial, fixa nos artigos 131° e seguintes as regras sobre a delegação de competências dos órgãos dos municípios nos órgãos das freguesias.

A concretização da delegação de competências visa, nos termos do artigo 118°:

- a) a promoção da coesão territorial;
- b) o reforço da solidariedade inter-regional;
- c) a melhoria da qualidade dos serviços prestados às populações;
- d) a racionalização dos recursos disponíveis.

Consideram-se delegadas, por força da lei, nas juntas de freguesia, as seguintes competências da câmara municipal (nº 1 do artigo 132°):

- a) gerir e assegurar a manutenção de espaços verdes;
- b) assegurar a limpeza das vias e espaços públicos, sargetas e sumidouros;
- c) manter, reparar e substituir o mobiliário urbano instalado no espaço público, com exceção daquele que seja objeto de concessão;
- d) gerir e assegurar a manutenção corrente de feiras e mercados;
- e) assegurar a realização de pequenas reparações nos estabelecimentos de educação pré-escolar e do 1º ciclo do ensino básico;
- f) promover a manutenção dos espaços envolventes aos estabelecimentos referidos nas alíneas anteriores.

O diploma impõe ainda às câmaras municipais e às juntas de freguesia a celebração, no prazo de 180 dias após a respetiva instalação, dos acordos de execução que prevejam expressamente os recursos humanos, patrimoniais e financeiros necessários e suficientes ao exercício de todas ou algumas daquelas competências.

Neste contexto legal, em 28.12.2013 a Assembleia Municipal deliberou autorizar a celebração daqueles acordos de execução com todas as juntas de freguesia da área da circunscrição territorial do Município de Tarouca, no mandato autárquico de 2013-2017, os quais foram de imediato outorgados.

De acordo com o n°3 do artigo 134° do referido diploma, "o acordo de execução considera-se renovado após a instalação do órgão deliberativo, não determinando a mudança dos titulares dos órgãos dos municípios e das freguesias a sua caducidade", sem prejuízo de a Assembleia Municipal poder autorizar a sua denúncia.

Neste contexto, e considerando:

1° O dever de cumprimento das citadas disposições legais, em especial do n°1 do artigo 133° do Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09;

2° Os princípios gerais da estabilidade, da prossecução do interesse público, da continuidade do interesse público e da necessidade e da suficiência dos recursos a que devem obediência os acordos de execução, desde a fase da negociação até à respetiva cessação (artigo 121°);

3° Os bons resultados obtidos ao longo do período de vigência dos acordos de execução celebrados no mandato autárquico findo;

4° Que a colaboração das juntas de freguesia é indispensável à resolução mais próxima de inúmeros e importantes problemas das nossas populações, tendo a qualidade do serviço prestado e a obra realizada demonstrado, na prática, que a cooperação técnica e financeira é um meio essencial para a satisfação das necessidades dos munícipes, afinal o objetivo da atuação comum e concertada de todos os eleitos locais;

5° Que a delegação de competências é o instrumento adequado à concretização das ações e projetos nas áreas supra indicadas, com menores custos e maior eficácia e eficiência, sempre com o acompanhamento técnico e apoio financeiro e em materiais da Câmara Municipal;

6° Designadamente, a caracterização geográfica, demográfica, económica e social de todas as freguesias e no respeito pelos princípios da igualdade e da não discriminação;

7° Ouvidos os Senhores Presidentes da Junta de Freguesia:

Proponho a V. Exas. que esta Câmara Municipal, no uso da competência prevista na alínea ccc) do n°1 do artigo 33°, **delibere solicitar autorização à Assembleia Municipal** para, no uso da competência do disposto na alínea k) do n° 1 do art. 25° do citado Anexo I à Lei n° 75/2013, de 12.09, **renovar os acordos de execução celebrados, e vigentes, com todas as juntas de freguesia da área da circunscrição territorial deste Município**, ou seja, com:

- 1- Junta de Freguesia de Mondim da Beira;
- 2- Junta de Freguesia de S. João de Tarouca;
- 3- Junta de Freguesia de Salzedas;
- 4- Junta de Freguesia de Várzea da Serra;
- 5- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gouveias e Ucanha;



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2017/12/07

CÂMARA MUNICIPAL

- 6- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira; e
- 7- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares,

nas seguintes condições:

Período de vigência da renovação: de 18.10.2017 até ao termo do mandato autárquico 2017-2021, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 134.º do citado diploma.

Para efeitos de concretização da delegação de competências, a Câmara Municipal transferirá para as Juntas de Freguesia a seguinte verba mensal, a partir de 01.01.2018:

- Junta de Freguesia de Mondim da Beira: € 2 250
- Junta de Freguesia de S. João de Tarouca: € 2 250
- Junta de Freguesia de Salzedas: € 2 250
- Junta de Freguesia de Várzea da Serra: € 2 250
- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gouveias e Ucanha: € 3 000
- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira: € 3 000
- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares: € 3 000.

Mantêm-se as demais condições dos acordos de execução cuja renovação é autorizada, com exceção do n.º 1 da respetiva cláusula 2.ª, cujo teor deverá ser atualizado nos termos supra indicados.

Paços do Município, 23 de novembro de 2017

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

O Senhor Presidente da Câmara disse que foram reforçadas as verbas a transferir para algumas juntas de freguesia porque se pretende valorizar o papel dos Presidentes de Junta de Freguesia.

O Senhor Vereador Afonso Manuel Batista Dias disse que, enquanto Presidente da Junta que já foi, reconhece esta alteração e deu os parabéns ao Senhor Presidente da Câmara por isso, porque é de opinião que se deve caminhar no sentido de cada Presidente da Junta se sentir responsável pela sua freguesia e pela gestão da mesma sem necessidade de estar sempre a pedir ao Presidente da Câmara e ficar dependente da sua vontade.

Disse ainda que várias vezes falou com o Senhor Vice-Presidente para chegarem a um ponto de equilíbrio que tornasse mais justo os valores transferidos para as Juntas de Freguesia e por isso está satisfeito por se estar a caminhar nesse sentido.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e, com fundamento na mesma, solicitar autorização à Assembleia Municipal para, no uso da competência do disposto na alínea k) do n.º 1 do art. 25.º do citado Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09, renovar os acordos de execução celebrados, e vigentes, com todas as juntas de freguesia da

área da circunscrição territorial deste Município, ou seja, com:

- 1- Junta de Freguesia de Mondim da Beira;
- 2- Junta de Freguesia de S. João de Tarouca;
- 3- Junta de Freguesia de Salzedas;
- 4- Junta de Freguesia de Várzea da Serra;
- 5- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gouviães e Ucanha;
- 6- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira; e
- 7- Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares,

nas seguintes condições:

Período de vigência da renovação: de 18.10.2017 até ao termo do mandato autárquico 2017-2021, sem prejuízo do disposto no n.º 3 do artigo 134.º do citado diploma.

Para efeitos de concretização da delegação de competências, a Câmara Municipal transferirá para as Juntas de Freguesia a seguinte verba mensal, a partir de 01.01.2018:

Junta de Freguesia de Mondim da Beira: € 2 250

Junta de Freguesia de S. João de Tarouca: € 2 250

Junta de Freguesia de Salzedas: € 2 250

Junta de Freguesia de Várzea da Serra: € 2 250

Junta de Freguesia da União de Freguesias de Gouviães e Ucanha: € 3 000

Junta de Freguesia da União de Freguesias de Granja Nova e Vila Chã da Beira: € 3 000

Junta de Freguesia da União de Freguesias de Tarouca e Dálvares: € 3 000.

Mantêm-se as demais condições dos acordos de execução cuja renovação é autorizada, com exceção do n.º 1 da respetiva cláusula 2.ª, cujo teor deverá ser atualizado nos termos supra indicados.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

PONTO 6 APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DE TAROUCA NO QUADRO DA PROMOÇÃO E SALVAGUARDA ARTICULADA DOS INTERESSES PRÓPRIOS DAS POPULAÇÕES, NO MANDATO DE 2017-2021 - PROPOSTA

Presente a proposta do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"APOIO ÀS FREGUESIAS DO CONCELHO DE TAROUCA NO QUADRO DA PROMOÇÃO E SALVAGUARDA ARTICULADA DOS INTERESSES PRÓPRIOS DAS POPULAÇÕES, NO MANDATO AUTÁRQUICO DE 2017-2021

PROPOSTA

De acordo com o disposto na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, é da competência da Assembleia Municipal, por proposta da Câmara Municipal, *"...deliberar sobre formas de apoio às freguesias no quadro da promoção e salvaguarda articulada dos interesses próprios das populações"*.

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2017/12/07

CÂMARA MUNICIPAL

O novo quadro legislativo aumentou as competências das freguesias, atribuindo-lhes capacidade de intervenção em domínios bastante diferentes. No caso do concelho de Tarouca, as freguesias não dispõem de pessoal qualificado para executar os trabalhos inerentes às competências que lhe estão atribuídas, nem maquinaria e ferramentas adequadas e ou suficientes.

Tendo em vista salvaguardar o interesse próprio das populações locais entendemos que a parceria entre o município e a freguesia é o meio adequado à satisfação eficaz, eficiente e económica de necessidades de menor dimensão, mas, quase sempre, de relevante importância para o nosso quotidiano, contribuindo decisivamente para a permanência das pessoas nas povoações.

Assim, com o objetivo de serem tomadas decisões em tempo útil no apoio/auxílio às freguesias e na defesa dos interesses próprios das suas populações **PROponho** a V. Exas. que a Câmara Municipal, ao abrigo da competência prevista na alínea ccc) do n.º 1 do artigo 33.º do anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro, proponha à Assembleia Municipal que autorize, ao abrigo da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma, a concessão dos seguintes apoios/auxílios às freguesias da área da circunscrição territorial do Município de Tarouca nas condições que a seguir se indicam, no mandato autárquico de 2017-2021:

1) Apoios/auxílios não financeiros:

- a) Cedência de materiais de construção para obras de construção, conservação e manutenção, na área da freguesia e da sua competência;
- b) Cedência temporária de equipamentos e meios humanos para realização das referidas obras e atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia;
- c) Cedência temporária de trabalhadores municipais para funções específicas, nomeadamente na área da preservação e divulgação do património arquitectónico local;
- d) Utilização e fruição do autocarro municipal, após prévia informação favorável, desde que nas datas pretendidas o mesmo esteja disponível;
- e) Cartazes e flyers;
- f) Apoio técnico à elaboração e execução de projetos para conservação, beneficiação, construção e reconstrução de imóveis que sejam património da freguesia ou sob a sua administração;
- g) Apoio técnico geral, nomeadamente, para o exercício de novas competências delegadas e à elaboração de candidaturas a fundos comunitários e outros investimentos, no âmbito das competências da freguesia;
- h) Oferta de equipamento para instalação de novos serviços;
- i) Cedência temporária, nomeadamente em regime de comodato, de edifícios, frações autónomas ou outro tipo de prédios, propriedade do Município, para instalação de serviços da

freguesia ou afetação a fins de natureza cultural, social ou desportiva.

Todos os apoios/ auxílios atribuídos devem ser objeto de valoração, devendo ser fixado um valor segundo os critérios utilizados pela contabilidade de custos.

2) Apoios/auxílios financeiros:

a) Apoio financeiro para obras de construção, conservação e manutenção de instalações, equipamentos e infra-estruturas património ou sob gestão da freguesia;

b) Apoio financeiro para a aquisição de equipamento diverso;

c) Apoio financeiro para a aquisição de viaturas para transporte de pessoas e equipamentos;

d) Apoio financeiro para a realização de atividades culturais, sociais ou desportiva, promovidos pela junta de freguesia,

até ao valor máximo de € 5 000,00 (cinco mil euros), por apoio.

3) Todos os pedidos de apoio/auxílio não financeiros das Freguesias ao Município devem ser registados na Câmara Municipal e tramitar pelo Gabinete do Presidente da Câmara Municipal/Serviço de Apoio às Freguesias, que se encarregará de instruir os processos e proceder a despacho de acordo com a disponibilidade dos mesmos, bem como, da posterior comunicação às Freguesias.

4) Todos os pedidos de apoio/auxílio financeiros das Freguesias ao Município devem ser registados na Câmara Municipal e tramitar pelo Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, que, em articulação com o serviço de Apoio às Freguesias e a Divisão Administrativa e Financeira, se encarregará de instruir os processos e de apresentar as adequadas propostas à Câmara Municipal para decisão, bem como, da posterior comunicação às Freguesias.

5) Todos os apoios/auxílios concedidos deverão ser fundamentados e respeitar as disposições legais e regulamentares em vigor.

6) A Câmara Municipal apresentará à Assembleia Municipal, para conhecimento e em cada uma das sessões ordinárias, um relatório com todos os apoios/auxílios (financeiros e não financeiros) concedidos, por Freguesia, nos meses anteriores, devendo constar do mesmo o valor atribuído aos apoios/auxílios não financeiros.

Paços do Município, 9 de novembro de 2017.

O Presidente da Câmara,

a)Valdemar de Carvalho Pereira"

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar a presente proposta e com fundamento na mesma solicitar à Assembleia Municipal autorização, ao abrigo da competência prevista na alínea j) do n.º 1 do artigo 25.º do citado diploma, para a concessão dos seguintes apoios/auxílios às freguesias da área da circunscrição territorial do Município de Tarouca



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2017/12/07

CÂMARA MUNICIPAL

nas condições que a seguir se indicam, no mandato autárquico de 2017-2021:

1) Apoios/auxílios não financeiros:

- a) Cedência de materiais de construção para obras de construção, conservação e manutenção, na área da freguesia e da sua competência;
- b) Cedência temporária de equipamentos e meios humanos para realização das referidas obras e atividades de natureza social, cultural, desportiva, recreativa ou outra de interesse para a freguesia;
- c) Cedência temporária de trabalhadores municipais para funções específicas, nomeadamente na área da preservação e divulgação do património arquitectónico local;
- d) Utilização e fruição do autocarro municipal, após prévia informação favorável, desde que nas datas pretendidas o mesmo esteja disponível;
- e) Cartazes e flyers;
- f) Apoio técnico à elaboração e execução de projetos para conservação, beneficiação, construção e reconstrução de imóveis que sejam património da freguesia ou sob a sua administração;
- g) Apoio técnico geral, nomeadamente, para o exercício de novas competências delegadas e à elaboração de candidaturas a fundos comunitários e outros investimentos, no âmbito das competências da freguesia;
- h) Oferta de equipamento para instalação de novos serviços;
- i) Cedência temporária, nomeadamente em regime de comodato, de edifícios, frações autónomas ou outro tipo de prédios, propriedade do Município, para instalação de serviços da freguesia ou afetação a fins de natureza cultural, social ou desportiva.

Todos os apoios/ auxílios atribuídos devem ser objeto de valoração, devendo ser fixado um valor segundo os critérios utilizados pela contabilidade de custos.

2) Apoios/auxílios financeiros:

a) Apoio financeiro para obras de construção, conservação e manutenção de instalações, equipamentos e infra-estruturas património ou sob gestão da freguesia;

b) Apoio financeiro para a aquisição de equipamento diverso;

c) Apoio financeiro para a aquisição de viaturas para transporte de pessoas e equipamentos;

d) Apoio financeiro para a realização de actividades culturais, sociais ou desportiva, promovidos pela junta de freguesia,

até ao valor máximo de € 5 000,00 (cinco mil euros), por apoio.

3) Todos os pedidos de apoio/auxílio não financeiros das Freguesias ao Município devem ser registados na Câmara Municipal e tramitar pelo Gabinete do Presidente da Câmara Municipal/Serviço de Apoio às Freguesias, que se encarregará de instruir os processos e proceder a despacho de acordo com

a disponibilidade dos mesmos, bem como, da posterior comunicação às Freguesias.

4) Todos os pedidos de apoio/auxílio financeiros das Freguesias ao Município devem ser registados na Câmara Municipal e tramitar pelo Gabinete do Presidente da Câmara Municipal, que, em articulação com o serviço de Apoio às Freguesias e a Divisão Administrativa e Financeira, se encarregará de instruir os processos e de apresentar as adequadas propostas à Câmara Municipal para decisão, bem como, da posterior comunicação às Freguesias.

5) Todos os apoios/auxílios concedidos deverão ser fundamentados e respeitar as disposições legais e regulamentares em vigor.

6) A Câmara Municipal apresentará à Assembleia Municipal, para conhecimento e em cada uma das sessões ordinárias, um relatório com todos os apoios/auxílios (financeiros e não financeiros) concedidos, por Freguesia, nos meses anteriores, devendo constar do mesmo o valor atribuído aos apoios/auxílios não financeiros.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, par produzir efeitos imediatos.

PONTO 7 - CONSÓRCIO ECOAMBIENTE - CONSULTORES DE ENGENHARIA, PRESTAÇÃO DE SERVIÇOS, SA E RESUR - GESTÃO DE RESÍDUOS E HIGIENE URBANA, LDA - REQUERIMENTO: ATUALIZAÇÃO EXTRAORDINÁRIA DO PREÇO DE CONTRATO DE AQUISIÇÃO DE SERVIÇOS COM DURAÇÃO PLURIANUAL - RELATÓRIO DE INSTRUÇÃO DO PEDIDO

Presente o relatório de instrução do pedido do Consórcio Ecoambiente - Consultores de Engenharia, Prestação de Serviços, SA e RESUR - Gestão de Resíduos e Higiene Urbana, Lda, de atualização extraordinária do preço de contrato de aquisição de serviços com duração plurianual, no qual em conclusão se propõe que o pedido seja aceite parcialmente no que respeita ao ano de dois mil e dezassete, implicando uma atualização extraordinária de € 2.853, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, devendo o valor contratual previsto para 2018 ser atualizado na mesma percentagem. Mais se propõe que seja rejeitado o pedido na parte que se refere 2016, por ser extemporâneo.

O Senhor Vice-Presidente explicou que a Lei obriga a fazer esta atualização.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar o presente relatório e com fundamento no mesmo autorizar a atualização extraordinária do contrato de aquisição de serviços de recolha de resíduos sólidos urbanos na área do Município de Tarouca e limpeza urbana na Cidade de Tarouca, pelo período de três anos, celebrado em 29.01.2015, com o Consórcio Ecoambiente - Consultores de Engenharia, Prestação de Serviços, SA e RESUR - Gestão de Resíduos e Higiene Urbana, Lda, no valor total de € 3 338,50, sendo o valor da despesa em 2017, € 2853 e em 2018, de € 475,50, a que acresce o IVA à taxa legal em vigor, mediante a celebração de contrato adicional.



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2017/12/07

CÂMARA MUNICIPAL

PONTO 8 - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE TAROUCA - PEDIDO DE APOIO PARA AQUISIÇÃO DE UM VFCI

Presente o ofício número setenta e oito, de vinte e seis de outubro último, da Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca informando que apresentaram uma candidatura ao Portugal 2020 para aquisição de um VFCI (veículo florestal de combate a incêndios), o qual orçou no montante total de 196.418,00€, conforme fatura que anexam, cuja comparticipação do POSEUR 2020 é de 119.200,00€, pelo que solicitam o apoio deste Município, com vista a assegurar o valor correspondente à contrapartida nacional no montante de € 29.800,00 (vinte e nove mil e oitocentos euros).

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade atribuir à Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca no valor de € 29.800,00 (vinte e nove mil e oitocentos euros), para o efeito solicitado, mediante a celebração de um protocolo de colaboração. (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

PONTO 9 - ASSOCIAÇÃO HUMANITÁRIA DOS BOMBEIROS VOLUNTÁRIOS DE TAROUCA - PEDIDO DE RENOVAÇÃO DE PROTOCOLO

Presente o ofício número setenta e nove, de vinte e seis de outubro última, remetido pela Associação Humanitária de Bombeiros Voluntários de Tarouca, solicitando a renovação do protocolo para manutenção das Equipas de Intervenção Permanente durante o ano de dois mil e dezoito.

O Senhor Presidente da Câmara disse que nenhum dos Municípios vizinhos concede este apoio aos bombeiros voluntários, mas é com satisfação que propõe a sua atribuição, atentos os fins a que se destina.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade renovar o protocolo celebrado com Associação Humanitária dos Bombeiros Voluntários de Tarouca, que tem por objeto a cooperação destinada ao funcionamento do Serviço Especial de Socorro, que inclui a Equipa de Intervenção Permanente e a Estrutura Logística a ela associada e atribuir para esse efeito um subsídio no montante de € 120.000,00 (cento e vinte mil euros), pago em prestações mensais de €10.000,00 (dez mil euros) para manutenção das Equipas de Intervenção Permanente, de janeiro a dezembro de 2018, renovável por idêntico período, desde que previamente solicitado.

Foi ainda deliberado por unanimidade aprovar a minuta do respetivo protocolo e que esta deliberação produzirá efeitos a partir do dia 1 de janeiro próximo.

A propósito o Senhor Vice-Presidente disse o seguinte:

"Não tendo sido nós um Concelho fustigado pelos fogos, esquecemo-nos que os nossos Bombeiros estiveram em todas as grandes ocorrências que houve no País. Mesmo o nosso Comandante.

Com alguma tristeza, dizer, como o Presidente da Câmara disse no passado dia 1 de Dezembro, da falta de bom-senso e até de algum princípio, que sentimos quando olhamos para o

cancelamento das verbas aprovadas em 2015 para as candidaturas destinadas às redes de gestão de faixas de combustíveis.

Ao contrário do que foi dito nos dias 8 e 10 pelo Senhor Ministro da Administração Interna, quando veio afirmar que a prioridade do Governo era a prevenção, a primeira decisão foi retirar todas as verbas afetas à prevenção e afetá-las à emergência nacional.

Daí o discurso do Senhor Primeiro Ministro na Assembleia da República quando disse que o apoio aos concursos aprovados não irá afetar o Orçamento de Estado para 2018 porque afetou o de 2017, na medida em que teremos que esperar pelos apoios que já estavam aprovados. Os apoios não devem esperar que a floresta arda, devem aparecer antes.”

PONTO 10 - ASSOCIAÇÃO RECREATIVA E CULTURAL DE DÁLVARES FLOR DO SABUGUEIRO - PEDIDO DE APOIO PARA O INTERNACIONAL FOLK DANCE FESTIVAL VALE VAROSA (30.07.2017)

Presente um ofício da Associação Recreativa e Cultural de Dálvares Flor do Sabugueiro, datado de trinta de junho último, solicitando apoio para o Internacional Folk Dance Festival Vale Varosa que teve lugar no dia 30.07.2017.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade atribuir à Associação Recreativa e Cultural de Dálvares Flor do Sabugueiro um subsídio no valor de quinhentos euros, para o efeito solicitado. (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I da Lei n.º 75/2013, de 12.09)

PONTO 11 - AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO - PERÍODO DE 01.09.2017 A 04.12.2017

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara, que a seguir se transcreve:

"AUTORIZAÇÃO PRÉVIA GENÉRICA PARA ASSUNÇÃO DE COMPROMISSOS PLURIANUAIS OU A SUA REPROGRAMAÇÃO

INFORMAÇÃO REFERENTE AO PERÍODO DE 01.09.2017 A 04.12.2017

Para efeitos de cumprimento da obrigação de informação à Assembleia Municipal sobre os compromissos plurianuais assumidos ao abrigo da autorização genérica concedida por deliberação daquele órgão datada de 10.12.2016, aquando da aprovação dos documentos previsionais para o ano de 2017, junto se anexa a respetiva lista, até 04.12.2017, cujos valores são os seguintes:

Período de 01.09.2017 A 04.12.2017		
Ano	Valor do Período	Valor Acumulado desde 2017.01.02
2018	327.798,34€	1.082.244,27€
2019	37.575,12€	336.691,89€
2020	12.524,92€	271.397,24€
2021	-€	255.070,45€



MUNICÍPIO DE TAROUCA

2017/12/07

CÂMARA MUNICIPAL

	377.898,38€	1.945.403,85
--	-------------	--------------

Paços do Município, 04.12.2017

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi deliberado por unanimidade aprovar a presente informação e remeter a mesma à Assembleia Municipal para conhecimento. Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta para produzir efeitos imediatos.

PONTO 12 - ISENÇÃO DO PAGAMENTO DE LICENÇAS

Foi deliberado por unanimidade ratificar a isenção do pagamento das taxas devidas pela emissão da seguinte licença:
a) Licença especial de ruído para uma festa da Associação de Estudantes do Agrupamento de Escolas Dr. José Leite de Vasconcelos, no valor de € 32,10. (alínea a) do n.º 2 do artigo 5.º do Regulamento de Taxas Municipais)

PONTO 13 - APOIOS CONCEDIDOS A ENTIDADES E ORGANISMOS LEGALMENTE EXISTENTES, COM VISTA À PROSECUÇÃO DE OBRAS E EVENTOS DE INTERESSE PARA O MUNICÍPIO, BEM COMO ÀS FREGUESIAS NO PERÍODO DE 11.11.2017 A 30.11.2017

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos a entidades e organismos legalmente existentes, com vista à prossecução de obras e eventos de interesse para o município, bem como às freguesias (alínea o) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09) Período de 11.11.2017 a 30.11.2017

Informação nos termos do n.º 3 do artigo 35.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12 de setembro:

❖ Ministério da Administração Interna

Total: € 162.36

Finalidade: Apoio em espécie (cadeira de escritório) para o Quartel da GNR de Tarouca.

❖ Centro Social e Paroquial de Várzea da Serra

Total: € 553.18

Finalidade: Apoio em espécie (material de construção) para o edifício da Instituição.

Tarouca, 04 de dezembro de 2017

O Presidente da Câmara,

a) Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi tomado conhecimento e deliberado por unanimidade ratificar os supramencionados apoios.

PONTO 14 - APOIOS CONCEDIDOS PARA ATIVIDADES DE NATUREZA SOCIAL, CULTURAL, EDUCATIVA, DESPORTIVA, RECREATIVA OU OUTRA DE INTERESSES PARA O MUNICÍPIO NO PERÍODO DE 11.11.2017 A 30.11.2017

Presente a informação do Senhor Presidente da Câmara que a seguir se transcreve:

"Apoios concedidos para atividades de natureza social, cultural, educativa, desportiva, recreativa ou outra de interesses para o Município (alínea u) do n.º 1 do artigo 33.º do Anexo I à Lei n.º 75/2013, de 12.09)

Período de 11.11.2017 a 30.11.2017

Informação nos termos do nº 3 do artigo 35º do Anexo I à Lei nº75/2013, de 12 de setembro:

❖ **Flor de Sabugueiro – Associação Recreativa e Cultural de Dálvares**

Total:€ 446,49

Finalidade: Apoio em espécie (tapete TATAMI) para as atividades da Associação.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Tarouca**

Total:€ 615,00

Finalidade: Apoio em espécie (iluminação decorativa) para a comemoração das Festa em Honra de São Martinho - Esporões.

❖ **Fábrica da Igreja Paroquial de Vila Chã da Beira**

Total:€ 738,00

Finalidade: Apoio em espécie (iluminação decorativa) para a comemoração das Festa em Honra de Nossa senhora de Fátima - Vila Chã da Beira.

❖ **Associação de Estudantes da Escola C+S Tarouca**

Total:€ 934,80

Finalidade: Apoio em espécie (T-shirts) para a Associação de Estudantes aquando da realização da atividade "Color Run" no dia 05/11/2017.

Pedalar Clube de Cicloturismo Tarouca BTT

Total:€ 1.766,34

Finalidade: Apoio em espécie (taças, medalhas e t-shirts) para O II Duatlo Vale do Varosa realizado no dia 05/10/2017. Tarouca, 04 de dezembro de 2017

O Presidente da Câmara,
Valdemar de Carvalho Pereira"

Foi tomado conhecimento e deliberado por unanimidade ratificar os supramencionados apoios.

PONTO 15 - RESUMO DIÁRIO DA TESOUREARIA

Presente o resumo diário da tesouraria número duzentos e vinte, de seis de dezembro corrente, o qual apresenta um saldo de dotações orçamentais no montante de € 30.777,26 (trinta mil e setecentos e setenta e sete euros e vinte e seis cêntimos) e um saldo de dotações não orçamentais no montante de € 294.704,94 (duzentos e noventa e quatro mil e setecentos e quatro euros e noventa e quatro cêntimos).

Foi tomado conhecimento.

PONTO 16 - REDE DE INFRAESTRUTURAS PÚBLICAS DE SANEAMENTO DE ÁGUAS RESIDUAIS NO MUNICÍPIO DE TAROUCA - APROVAÇÃO DOS RESPECTIVOS PROJETO, CADERNO DE ENCARGOS E ORÇAMENTO NO VALOR TOTAL DE € 982.882,23

Presentes os projetos, cadernos de encargos e orçamentos das seguintes empreitadas, cujos valores se indicam, não incluindo o IVA:

- 1 Rede de Infraestruturas Públicas de Saneamento de Águas Residuais no Sistema de Tarouca - Lugares: Esporões-Mataduço, Pico e Mata, no valor de 181 260,54 €;

**MUNICÍPIO DE TAROUCA**

2017/12/07

CÂMARA MUNICIPAL

2 Rede de Infraestruturas Públicas de Saneamento de Águas Residuais no Sistema de Salzedas - Lugares: Pinhó, Padrão e Salzedas, no valor de 102 983,76 €;

3 Rede de Infraestruturas Públicas de Saneamento de Águas Residuais no Lugar de Lamelas -Granja Nova - construção de Coletor Público e Estação Elevatória, no valor de 61 525,96 €;

4 Rede de Infraestruturas Públicas de Saneamento de Águas Residuais no Sistema de Vila Chã do Monte - Melhoria do sistema de tratamento das águas residuais, no valor de 103 834,66 €;

5 Rede de Infraestruturas Públicas de Saneamento de Águas Residuais no Sistema de Vila Chã da Beira - Melhoria do tratamento das águas residuais, no valor de 127 708,36€;

6 Rede de Infraestruturas Públicas de Saneamento de Águas Residuais no Sistema de Vila Pouca de Salzedas - Melhoria do sistema de tratamento das águas residuais, no valor de 76 130,97 €;

7 Rede de Infraestruturas Públicas de Saneamento de Águas Residuais no Sistema de Murganheira - Melhoria do sistema de tratamento das águas residuais, no valor de 101 292,44€;

8 Rede de Infraestruturas Públicas de Saneamento de Águas Residuais no Sistema de Eira Queimada - Melhoria do sistema de tratamento das águas residuais, no valor de 27 401,38 €;

9 Rede de Infraestruturas Públicas de Saneamento de Águas Residuais no Sistema de Dalvares - Melhoria do sistema de tratamento das águas residuais, no valor de 200 744,16 €.

Estas empreitadas constituem os lotes da empreitada denominada Rede de Infraestruturas Públicas de Saneamento de Águas Residuais no Município de Tarouca, cujo valor total é de € 982.882,23, que não inclui IVA.

Discutido o assunto, foi deliberado por unanimidade aprovar os presentes projetos, cadernos de encargos e orçamentos referentes aos vários lotes que constituem a empreitada de Rede de Infraestruturas Públicas de Saneamento de Águas

Residuais no Município de Tarouca, no valor total de € 982.882,23.

Esta deliberação foi aprovada por unanimidade em minuta, para produzir efeitos imediatos.

Nada mais havendo a tratar, o Senhor Presidente da Câmara declarou encerrada a reunião pelas doze horas e trinta minutos, da qual se lavrou a presente ata.

E eu, *Leomani de Sousa Rauen*, Chefe de Divisão da Divisão Administrativa e Financeira, a subscrevi.

